

Memória de Reunião

Grupo de Trabalho Meio ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

PDUI - RMSP

Data: 03/05/2016

Pauta:

1. Subsídios para elaboração do plano de gestão de resíduos sólidos para a Região Metropolitana de São Paulo RMSP (Alfredo Rocca – Cetesb).
2. Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS (André Simas – SMA).

Discussões

item 1:

A apresentação abordou o panorama geral e os objetivos futuros da gestão de resíduos sólidos: necessidade de medidas específicas que contemplem as diferentes etapas, como coleta, destinação, tratamento, etc.

Destacou-se a importância do incentivo à reciclagem. Os resíduos devem ser agrupados de acordo com sua natureza, pois existe responsabilidade legal sobre determinados materiais e categorias (NBR10.004/2004 - Resíduos Sólidos - Classificação). A CETESB embora não seja responsável por toda a operação, deve estar atenta às práticas efetuadas. Há uma consonância entre as políticas de orientação sobre a gestão de resíduos nos três níveis: federal, estadual e municipal. Isto inclui compartilhamento de responsabilidades entre as esferas pública e privada, pois ambas devem atuar conjuntamente.

É necessária a hierarquização das ações de gestão dos resíduos sólidos, envolvendo desde a geração até a disposição final.

Foi destacado o baixo percentual de reciclagem do processo, estimado em 2% em nível nacional e de 2,5 a 3% no município de São Paulo.

Observou-se que a logística reversa, diferentemente do conceito de reciclagem, envolve acordos setoriais e é pautada pelo compartilhamento de responsabilidades. Não deve ser confundida no processo tradicional de coleta municipal, tendo seu próprio destino: agrotóxicos, eletroeletrônicos, pneus, etc.

Principais tópicos na gestão de resíduos:

- a) Planos de Gerenciamento
- b) Implantação de coleta seletiva
- c) Programas de logística reversa
- d) Reciclagem e tratamento de resíduos
- e) Disposição final apenas para rejeitos
- f) Aumento das soluções para a gestão de resíduos

Observa-se que nas áreas de maior geração de resíduos são escassas as áreas disponíveis para disposição dos resíduos, especialmente por questões ambientais.

Com relação aos licenciamentos, que exigem planos de gestão, cabe destacar que os planos são mais teóricos e não sinalizam soluções definitivas, apenas cumprem aspectos exigidos pela legislação do ponto de vista formal.

O Plano Estadual (junho de 2014) trata do panorama atual, dos cenários futuros, das opções de associação, diretrizes, metas e ações. Os principais objetivos são os de minimizar disposições, eliminar lixões, viabilizar soluções integradas e promover a inserção social dos catadores. Estimula a coleta seletiva e implementa as práticas de logística reversa, entre outros aspectos.

O plano propõe arranjos municipais. Entretanto, sobre a regionalização, é importante destacar que a participação da iniciativa privada é fundamental na medida em que os aspectos técnico-financeiros dependem da articulação do setor público com o setor privado, incluindo questões sobre: tecnologia para gestão de resíduos e viabilidade técnico-financeira (neste sentido, a reciclagem, as possibilidades de reaproveitar resíduos – via coleta seletiva e/ ou logística reversa não somente dependem da inserção junto da iniciativa privada, mas também devem levar em conta as iniciativas informais).

Foi dito da importância da estrutura municipal, incluindo a educação do munícipe, para a efetividade das mudanças necessárias para a melhoria da gestão dos resíduos. A geração dos resíduos coincide com a concentração populacional. À macrometrópole corresponde 70% do estado de São Paulo.

Observou-se que os resíduos domiciliares e da construção civil são os mais difíceis de se resolver. A coleta seletiva deve observar a Lei Federal n.5.940/2006.

A implantação da logística reversa depende de "ecopontos" e a população deve ser sensibilizada por isso. Importante seria o desenvolvimento de tecnologia para aproveitamento do gás metano liberado e não aproveitado. Muitas dessas soluções dependem de grandes produções e encontram dificuldades para sua viabilização. As Unidades de Recuperação Energética (UREs) seriam apenas viabilizadas a partir de grandes quantidades.

Item 2:

Destacou-se a amplitude e variedade das fontes de dados e as distintas informações que compõem os índices e indicadores: dados federais, estaduais e municipais.

Há dificuldade de adotar um coeficiente de geração de resíduos sólidos urbanos, de acordo com cada município que seja vinculado à capacidade de geração de resíduo pela população urbana. No caso do Estado de São Paulo, nove municípios são responsáveis por mais de 50% da geração de resíduos sólidos urbanos.

Fundamentalmente, três categorias são quantificadas por população: resíduos sólidos urbanos, resíduos da construção civil, resíduos de serviços de saúde – resíduos passíveis de quantificação por pessoa (guardadas as devidas dificuldade e peculiaridades de cada setor).

Após a elaboração de um panorama mais geral, torna-se possível alavancar os estudos de regionalização e proposição de arranjos intermunicipais – critérios populacionais,

ambientais e econômicos (importante: economicamente deve ser viável o custo de implantação e operação).

Sobre as unidades territoriais, os estudos devem refletir os arranjos populacionais e econômicos (importante: neste sentido, não foi pertinente adotar as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHIs).

Estudo base: Rede Urbana (Emplasa, 2011): certo grau de homogeneização econômico-social, definindo fluxos de bens para definir cenários e projeções populacionais e econômicas.

Soluções consorciadas, possibilitando grandes escalas, racionalização e melhor aproveitamento do processo.

A dificuldade de implementação dos consórcios:

- Conjuntura política institucional;
- Diferentes realidades locais;
- Conflitos de interesse;
- Convencimento de possíveis parcerias;
- Comprometimento dos agentes.

A proposta de reorganização foi feita com base nos municípios que não compunham as RMs do Estado de São Paulo, pois os municípios que têm parte nas RMs já teriam por obrigação participar conjuntamente e compor arranjos para solucionar a questão intermunicipal.

Resíduos sólidos urbanos: atualmente cerca de 38.000 ton/dia, estimando em 2030 cerca de 80.000 ton/dia no Estado de São Paulo (lembrando a participação de quase a metade desse valor pela RMSP) para a RMSP – atualmente, as tendências econômicas apontam para uma redução desse valor sinalizado para 2030.

As diretrizes, metas e ações do PERS: metas em consonância com aquelas estabelecidas pelo governo federal (Lei Federal nº 12.305/ 2010) e pelo governo estadual, incluindo a sistemática de acompanhamento, controle e avaliação do plano. Premissa básica é a disponibilidade de área, terrenos e a dificuldade de convencimento dos proprietários. Isso mostra que as soluções municipais devem estar de acordo com a totalidade de exigências previstas.

A grande quantidade de soluções que a iniciativa privada pode oferecer aos municípios nem sempre atende aos diversos requisitos: ambientais, existência de áreas disponíveis, viabilidade econômica, necessidade de aprovações e licenciamento (EIA/RIMA), entre outros.

A estratégia da SMA é trabalhar com soluções regionalizadas para viabilizar principalmente quantidade, área e a questão econômica.

Seguiram-se as perguntas do público:

1. Sania (Emplasa): apenas pontua que foi feito um Termo de Referência para realização do plano na RMBS e que foi obtido recurso do FEHIDRO a partir deste TR.

2. Zoraide (Emplasa): lembrou das propostas relacionadas aos resíduos sólidos em seus diversos aspectos. Sublinhou que o PDUI poderia incorporar a questão, já sinalizando os conteúdos prioritários de um plano metropolitano de resíduos, evitando apenas uma menção genérica ao tema.

3. Francisco (CIOESTE): gostaria de ter visto propostas para um plano metropolitano, destacando que alguns pontos deveriam ou poderiam, em outra oportunidade, ser discutidos. Relatou ainda a experiência do CIOESTE, sua importância, inclusive sobre a tecnologia a ser adotada. No mais, explicou que o termo “vontade política” não é adequado, pois tudo se passaria como se apenas algumas pessoas fossem responsáveis pela gestão quando, na verdade, ela se efetiva de modo amplo, sendo composta por diversos agentes e atores. E como gerir essa dificuldade frente a adoção de novas tecnologias? A importância de um modelo de governança para viabilizar e efetivar um plano. Quem seria o órgão executor? Como ele se colocaria em relação aos players privados, aos agentes técnicos e aos gestores municipais – se a aprovação dos resíduos se dá na esfera ambiental, os planos são realizados e concebidos na esfera do saneamento.

4. Eloisa (Emplasa): o que seria o aspecto definitivo e perene do PDUI? Quais as etapas deveriam ser contempladas legalmente no âmbito desse plano? Outra questão seria sobre o recorte regional tradicionalmente estabelecido que não é, de fato, o recorte operacional dos resíduos sólidos. Preocupação: tornar a lei como algo que ajude o processo e não como interferência.

5. Marília (Secretaria de Energia e Mineração): também imaginava que a apresentação seria uma amostragem de projetos em desenvolvimento. A questão da governança está além da gestão e deve estar a favor do estado – perenizar. Eventuais multas ou penalidades para que as metas sejam atendidas como, por exemplo, no caso de aterros e políticas reversas. Além disso, chamou a atenção para o enfrentamento das questões articuladas. E como viabilizar essa articulação? Reforçou as tecnologias que não atendem às situações locais e a experiência de Piracicaba, exitosa como uma nova prática. Além disso, a experiência de Salto. E quais seriam as usinas geradoras no Estado de São Paulo sobre a questão do lixo?

6. Rocca (Cetesb): atualmente, usina energética a partir de lixo, nenhuma.

7. Marília (Secretaria de Energia e Mineração): apenas dos resíduos ligados à produção de etanol.

8. Rocca (Cetesb): foram citadas várias questões. Primeiro sobre a RMBS e os vários municípios que a compõem. Necessário a participação de todos desde o começo e não apenas após a eventual instalação de um plano ou prática. Rocca reforçou ainda a necessidade de arranjos conjuntos pelas próprias restrições e características da RMBS que se mostram ainda piores do que a RMSP. Importante pensar na redução da quantidade de lixo que será produzida e transportada.

9. Sania (Emplasa): RMBS sempre muito difícil de trabalhar pelos próprios limites fisiográficos. As mudanças na legislação, no caso específico da Baixada, implicam em ações quase que imediatas, traços de outras soluções adotadas em planos anteriores.

10. Marília (Secretaria de Energia e Mineração): destacou que a EMAE também colaborou na RMBS.

11. Rocca (Cetesb): empresas privadas e municípios devem ser bem informados e assessorados. Importante destacar que as empresas já devem incorporar todo o processo, assim sendo, as licenças ambientais não é o principal entrave desse processo. A experiência de Piracicaba: “Piracicaba Ambiental”, caso de parceria bem sucedida que pretende superar a questão da escala através da tecnologia de tratamento mecânico biológico. Rocca descreve ainda o processo e reforça que ele precisa aperfeiçoar, ser tropicalizado, isto é, adequado às práticas e aos costumes locais de gestão, tratamento e disposição do lixo (incluindo a rotina da população). Importância da adequada homogeneização do resíduo.

12. Altair (consultor de municípios no Estado de São Paulo e Paraná) – reforça a coleta seletiva que não é efetivamente seletiva. Mistura de lixo de cozinha e banheiro que inviabiliza a compostagem. O problema é ou deve ser o composto orgânico excessivamente contaminante. A falta de controle ambiental nos aterros sanitários, influência do chorume até nas estações de tratamento de esgoto. Finalmente, questionou os consórcios que ainda não são efetivos.

13. Zoraide (Emplasa): destacou a necessidade de se debruçar sobre o material apresentado e informou que as palestras serão disponibilizadas.

14. André (SMA): reforçou o panorama das questões regionais, sendo necessário homogeneizar as questões regionais que deverão ser tratadas também junto aos municípios. Os realizadores do plano regional são os municípios. Elaboração conjunta enquanto que consórcios e/ou associações em parceria com as prefeituras executam.

15. Zoraide (Emplasa): destacou que a governança interfederativa está sendo discutida no âmbito do PDUI.

16. Marília (Secretaria de Energia e Mineração): destacou a organização das demais RMs em torno das agências metropolitanas.

17. Francisco (CIOESTE): reforçou que os aspectos de governança precisam estar muito bem definidos.

18. André (SMA): apontou que o momento de elaboração do plano e o momento de execução do plano se fazem com líderes e atores distintos.